

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Carta de Serviços

Documento gerado em 08 de Maio de 2024.

A Carta de Serviços é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública. Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Serviços disponíveis

Acessar as informações sobre áreas verdes urbanas no Cadastro Ambiental Urbano (CAU)	4
Acessar os dados do Inventário Nacional de PCBs (bifenilas policloradas)	8
Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (A3P)	12
Aderir ao Projeto Salas Verdes	17
Cadastrar Acesso ao Patrimônio Genético e/ou Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)	21
Consulta aos dados do MMA disponíveis no Portal de Dados Abertos	25
Declarar informações sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos	28
Gerar no SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)	32
Obter a Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR)	36
Obter autorização ambiental para realização de atividades na Antártica	40
Obter Certidão de Regularidade do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos)	43
Obter Certificado de Destinação Final de resíduos (CDF)	46
Obter dados das estações de monitoramento por meio do Índice de Qualidade do Ar (IQA) pelo Aplicativo MonitorAr	50
Obter informações sobre as Unidades de Conservação Ambiental nacionais (CNUC)	52
Obter o Documento Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR	54
Protocolar documentos junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	59
Realizar cursos de Educação à Distância do MMA	62
Receber o Bolsa Verde (Bolsa Verde)	65

Acessar as informações sobre áreas verdes urbanas no Cadastro Ambiental Urbano (CAU)

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através desse serviço o usuário poderá acessar informações sobre áreas verdes urbanas no Cadastro Ambiental Urbano (CAU). O CAU é uma ferramenta para identificação, mapeamento e qualificação de áreas verdes urbanas em plataforma digital na qual agentes públicos podem realizar, de forma autodeclaratória o registro da quantidade, qualidade e distribuição espacial das tipologias de áreas verdes inseridas no interior da malha urbana e emitir informações compiladas, gráficos e relatórios de apoio à gestão municipal. Essa ferramenta também possibilita interação com os cidadãos, que por sua vez poderão obter informações relevantes sobre as áreas verdes e emitir avaliações e alertas. Foram desenvolvidos dois módulos para o CAU: Módulo Gestor: Disponível em plataforma mista, permite o cadastro de áreas em ambiente WEB e Mobile, exclusivamente para acesso dos gestores e técnicos municipais e estaduais. Nesse módulo serão cadastradas as áreas verdes, suas respectivas áreas e seus principais atributos, gerando indicadores espaciais simples e objetivos. Além disso, serão disponibilizadas informações sobre a operação da ferramenta, central de dúvidas e mensagens entre todos os usuários. Módulo Cidadão: Desenvolvido exclusivamente em plataforma Mobile, permite aos cidadãos acessar as principais informações sobre a localização, a área e os atributos das áreas verdes de todos os municípios cadastrados no Brasil. O aplicativo possibilita aos usuários a classificação dos atributos de segurança, lazer, condição ambiental e infraestrutura de cada área verde municipal, gerando uma avaliação por parte dos usuários. Essa avaliação, além de incentivar um aumento do uso desses espaços, pode também ser útil para a tomada de decisão do gestor público.

Quem pode utilizar este serviço?

Gestor municipal

Cidadão

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Cadastrar áreas verdes.

O gestor municipal deverá cadastrar as áreas verdes por meio do Módulo Gestor, que é exclusivo para técnicos e servidores da administração pública estadual e municipal que trabalhem com a gestão das áreas verdes

urbanas.

Documentação

- Gestor Municipal :

O Módulo Gestor é exclusivo para técnicos e

servidores da administração pública estadual e municipal que trabalhem com a gestão das áreas verdes e/ou planejamento urbano. <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caugestor> e <https://apps.apple.com/us/app/caugestor/id1531943623> ou o uso da versão web: <https://cau.mma.gov.br/login>

Canais de prestação

E-mail

cau@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Etapa 2 - Instalar o aplicativo no celular.

Fazer o download do aplicativo para celular. Para dispositivos que usam o sistema Android, o endereço é <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caucidadao>.

Para dispositivos que usam o sistema IOS, o endereço é <https://apps.apple.com/us/app/cau-gestor/id1531943623>

Canais de prestação

E-mail

cau@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Etapa 3 - Acessar os dados referentes às áreas verdes cadastradas.

Após instalação do aplicativo o usuário terá acesso ao cadastro de áreas verdes urbanas realizado por técnicos ou gestores municipais. Estarão disponíveis informações sobre áreas verdes urbanas,

nascentes e seus atributos. Será possível também o monitoramento e gestão das áreas verdes urbanas do CAU, com emissão de dados, relatórios, avaliações e alertas.

Canais de prestação

E-mail

cau@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar no telefone (61) 2028-2510. Serviço de suporte técnico: disponível via e-mail (cau@mma.gov.br), com média de 5 dias úteis para obtenção de resposta.

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;

- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Para acessar o Inventário Nacional de PCB é necessário que o usuário faça cadastro no sistema, preenchendo todas as informações de acesso do “usuário administrador” (nome, e-mail de acesso, senha, telefone, celular e CPF), também é necessário preencher as informações da empresa (nome, CNJP, e-mail de contato, telefone, endereço, cidade, UF, responsável legal, CPF do responsável legal e tipo da empresa). Após o cadastro o usuário pode fazer login no sistema com o e-mail e senha cadastrados.

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Nome, e-mail de acesso, senha, telefone, celular e CPF), também é necessário preencher as informações da empresa (nome, CNJP, e-mail de contato, telefone, endereço, cidade, UF, responsável legal, CPF do responsável legal e tipo da empresa).

Após o cadastro o usuário pode fazer login no sistema com o e-mail e senha cadastrados.

Canais de prestação

Telefone

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2692 e (61) 2028-2025. Os usuários do Sistema PCB podem acompanhar o preenchimento do inventário na própria plataforma fazendo o login com o e-mail e senha cadastrados.

- Tempo estimado de espera: Até 10 minuto(s)

E-mail

pcb@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Atendimento imediato

Informações adicionais ao tempo estimado

Os dados estão disponíveis de forma imediata. Caso haja indisponibilidade do sistema, o usuário deve ligar para os telefones indicados ou registrar reclamação na Plataforma Fala.BR e o prazo para solução é de 60 (sessenta) dias.

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2692 e (61) 2028-2025.

Dentre as atividades previstas para o aprimoramento do serviço prestado, está a contratação de uma equipe de “help desk” para receber e atender as dúvidas dos usuários do Sistema PCB, além de divulgá-lo, promovendo o engajamento das empresas que possuem a obrigação de preencher o inventário. A contratação dessa empresa já está em andamento no âmbito do Projeto PCB.

Legislação

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14250.htm

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao

atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (A3P)

Avaliação: 4.2 Quantidade de votos: 175

O que é?

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O Programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário). É uma agenda de adesão voluntária que possibilita que a instituição parceira promova a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos. O programa está estruturado em seis eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão de resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis; Construções sustentáveis. O acesso a esse serviço ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de 5 anos. Durante os cinco anos de vigência da adesão, o MMA acompanha as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho.

Quem pode utilizar este serviço?

Instituições públicas

Qualquer instituição pública pode fazer adesão à A3P desde que elabore um plano de trabalho e providencie toda a documentação necessário para a formalização da adesão.

Etapas para a realização deste serviço

Etapas para a realização deste serviço

Etapas para a realização deste serviço

A instituição solicitante deve enviar todos os documentos necessários para adesão à A3P, em meio digital, para o Ministério do Meio Ambiente no e-mail a3p@mma.gov.br.

Acolhidos, os documentos serão avaliados pela equipe da A3P. Se forem necessários ajustes na documentação, o responsável pelo Termo de Adesão na A3P entrará em contato com a instituição para informar as providências necessárias.

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

- Ofício formalizando o interesse em aderir;
 - Cópia do comprovante de endereço;
 - Plano de Trabalho em meio digital editável
 - Minuta do Termo de Adesão em meio digital editável
-
- Cópias autenticadas do RG e CPF;
 - Cópia autenticada do ato de nomeação;
 - Cópia de delegação de competência para assinatura de atos

Canais de prestação

E-mail

a3p@mma.gov.br

Telefone

(61) 2028-1500

Presencial

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar

- Tempo estimado de espera: Até 30 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Em média 40 dia(s) útil(eis)

Etapa 2 - Coletar de assinatura e enviar Termo de Adesão ao Ministério do Meio Ambiente

O responsável na equipe A3P enviará para o parceiro o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho a fim de coletar a assinatura do responsável na instituição. Após a coleta da assinatura, o parceiro os enviará de volta ao MMA para a conclusão da adesão.

Canais de prestação

E-mail

a3p@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Em média 15 dia(s) útil(eis)

Etapa 3 - Aguardar Publicação do Termo de Adesão no Diário Oficial da União

Após o recebimento do Termo de Adesão e do Plano de Trabalho assinados, o extrato do Termo de Adesão será publicado no Diário Oficial da União. Diante disso, uma via do Termo de Adesão, uma via do Plano de Trabalho e uma cópia da publicação serão enviadas para o parceiro arquivar.

Canais de prestação

E-mail

a3p@mma.gov.br

Telefone

61-2028-1500

Presencial

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar

- Tempo estimado de espera: Até 30 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Em média 15 dia(s) útil(eis)

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Em média 45 dia(s) útil(eis)

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

Atendimento telefônico (61-2028-1500), por e-mail (a3p@mma.gov.br), sítio eletrônico (a3p.mma.gov.br) e atendimento presencial (Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar).

Validade do Documento

5 ano(s)

Informações adicionais ao tempo de validade

A adesão à A3P tem vigência de 5 anos.

Ao término da vigência da adesão, nova adesão de igual período poderá ser feita. É possível a uma instituição aderir à A3P quantas vezes achar pertinente.

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

As instituições interessadas em criar uma sala verde devem submeter o seu PPP ao MMA após o lançamento de chamada pública. O PPP deve conter, no mínimo: Identificação do projeto; histórico e justificativa; objetivos gerais e específicos; programação de ações e metas; metodologia; mapeamento e identificação dos recursos; cronograma de atividades; estratégias de monitoramento e avaliação; público e região de atuação; referências bibliográficas.

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Formulário online de inscrição contendo os dados da instituição, o Projeto Político Pedagógico, detalhamento da equipe e da infraestrutura.

Canais de prestação

E-mail

sissalasverdes@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Em média 60 dia(s) útil(eis)

Etapa 2 - Enviar documentação assinada pelo representante legal da Instituição

As instituições selecionadas na primeira etapa do processo enviarão digitalmente documentação assinada pelo representante legal da instituição. Após o envio, o MMA realiza a avaliação e o aceite da documentação.

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Para efetivar a participação no Projeto Salas Verdes, as instituições pré-selecionadas deverão enviar a seguinte documentação: documento pessoal (contendo foto, CPF e assinatura) do representante legal da instituição; Declaração de Compromisso assinada pelo representante legal da instituição (modelo fornecido

pelo MMA); documento oficial comprobatório do cargo do representante legal (por exemplo: ato de nomeação, portaria, ata de reunião)

Canais de prestação

E-mail

sissalasverdes@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Em média 15 dia(s) útil(eis)

Etapa 3 - Aguardar Divulgação do resultado da seleção no portal Salas Verdes

Após o aceite da documentação enviada pelos representantes legais das instituições selecionadas, o resultado é divulgado no Portal Salas Verdes (<http://salasverdes.mma.gov.br/>).

Canais de prestação

E-mail

sissalasverdes@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Em média 5 dia(s) útil(eis)

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Em média 90 dia(s) útil(eis)

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

Endereço de correio eletrônico: salaverde@mma.gov.br

Telefone: 61 2028-1207

Informações adicionais ao tempo de validade

Cada Sala Verde recebe um Banner, com a logomarca do MMA, representando a aprovação e chancela do MMA com relação à existência do espaço educador. Não existe um prazo de validade para o banner. Além disso, a qualquer momento, mediante justificativa, a instituição pode solicitar a inativação da sala verde.

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Cadastrar Acesso ao Patrimônio Genético e/ou Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

O Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen - é um sistema eletrônico criado pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, como um instrumento para auxiliar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen – na gestão do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

O SisGen apresenta uma série de funcionalidades que possibilitam ao usuário:

- ✓ cadastrar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
- ✓ cadastrar envio de amostra que contenha patrimônio genético para prestação de serviços no exterior;
- ✓ cadastrar remessa de amostra de patrimônio genético;
- ✓ notificar produto acabado ou material reprodutivo;
- ✓ solicitar autorização de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa ao exterior com anuências do Conselho de Defesa Nacional e do Comando da Marinha;
- ✓ solicitar credenciamento de instituições mantenedoras das coleções *ex situ* que contenham amostras de patrimônio genético;
- ✓ obter comprovantes de cadastros de acesso, cadastros de remessa e de notificações;
- ✓ obter certidões do procedimento administrativo de verificação; e
- ✓ solicitar atestados de regularidade de acesso.

Quem pode utilizar este serviço?

Pessoas físicas e jurídicas ligadas aos setores da academia, indústria, populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

Qualquer cidadão e/ou empresa brasileira, com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Instalar Módulo de Segurança

Acessar o site <https://sisgen.gov.br> o site irá verificar a instalação do módulo de segurança. Caso o módulo de segurança não esteja instalado, o usuário será redirecionado automaticamente para a página de instalação do módulo. Efetue o *download* do arquivo e siga as instruções do instalador. O procedimento de instalação é autoexplicativo e levará apenas alguns segundos. Após concluída a instalação, o acesso ao SisGen será liberado.

Canais de prestação

Web

O SisGen pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://sisgen.gov.br> . Para acessar o SisGen é necessário ser um usuário cadastrado e ter instalado o módulo de segurança.

Para mais esclarecimentos quanto a dúvidas ou problemas na instalação do módulo de segurança, entre em contato por meio do e-mail sisgen@mma.gov.br .

Tempo de duração da etapa

Em média 15 minuto(s)

Etapa 2 - Cadastrar usuário

Acessar a página de login do SisGen <https://sisgen.gov.br> e clique no ícone “Cadastre-se”; Preencha o formulário de “Cadastro de Usuário”; Aceite os “Termos de Uso e Declarações” do “Cadastro de usuário”; O SisGen apresentará mensagem informando que o cadastro foi realizado com sucesso e enviará uma mensagem ao e-mail cadastrado com a senha para acesso ao SisGen.

Canais de prestação

Web

O SisGen pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://sisgen.gov.br> . Para acessar o SisGen é necessário ser um usuário cadastrado e ter instalado o módulo de segurança.

Para mais esclarecimentos quanto a dúvidas ou problemas na instalação do módulo de segurança, entre em contato por meio do e-mail sisgen@mma.gov.br .

Tempo de duração da etapa

Em média 15 minuto(s)

Etapa 3 - Cadastrar Instituição

Acessar a página de login do SisGen <https://sisgen.gov.br> e realizar o login; Selecionar a opção “Cadastrar Instituição” no menu “Dados Cadastrais; Preencha o formulário de “Cadastro de Instituição”; O cadastro será encaminhado para validação pela Secretaria Executiva do CGen; Após a validação o SisGen enviará mensagem informando que o cadastro da instituição foi validado com sucesso e enviará uma mensagem ao e-mail cadastrado dos representantes legais informados;

Canais de prestação

Web

O SisGen pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://sisgen.gov.br> . Para acessar o SisGen é necessário ser um usuário cadastrado e ter instalado o módulo de segurança.

Para mais esclarecimentos quanto a dúvidas ou problemas na instalação do módulo de segurança, entre em contato por meio do e-mail sisgen@mma.gov.br .

Tempo de duração da etapa

Em média 15 minuto(s)

Outras Informações**Quanto tempo leva?**

Em média 1 dia(s) útil(eis)

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

sisgen@mma.gov.br

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Consulta aos dados do MMA disponíveis no Portal de Dados Abertos

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através deste serviço o usuário pode acessar os dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima disponíveis no Portal Dados Abertos.

Quem pode utilizar este serviço?

Qualquer pessoa com acesso à internet.

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Acessar informações

O usuário deve acessar

<https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/ministerio-do-meio-ambiente-e-mudanca-do-clima> ou acessar <https://dados.gov.br> e pesquisar por Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar no telefone (61) 2028-1929.

E-mail

dge@mma.gov.br

Telefone

(61) 2028-1929

- Tempo estimado de espera: Até 30 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Atendimento imediato

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar no telefone (61) 2028-1929.

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8

de novembro de 2000.

Declarar informações sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

O Inventário Nacional de Resíduos Sólidos é o conjunto de informações sobre a geração, tipologia, armazenamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados pelas indústrias do país.

Até o dia 31 de março de cada ano, a partir de 2021, as indústrias devem reportar informações complementares às já declaradas no MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), referentes ao ano anterior, para elaboração e envio do Inventário Nacional de Resíduos Sólidos.

Quem pode utilizar este serviço?

GERADORES de resíduos industriais.

Os GERADORES deverão se cadastrar e fornecer as correspondentes informações fiscais e ambientais. Se já estiverem cadastrados no Sistema MTR, basta ingressar com seus dados para acessar o sistema.

Etapas para a realização deste serviço

Etapas 1 - Cadastrar no Sistema MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos)

Caso ainda não tenha cadastro no Sistema MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), preencher os campos solicitados. Mais informações no Manual do Usuário disponível em <https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Manual-do-Usuario-Inventario-1.03.pdf>

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 2 - Inserir as informações sobre os resíduos sólidos

Os GERADORES devem declarar as informações sobre a geração, tipologia, armazenamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados. Mais informações no Manual do Usuário disponível em <https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Manual-do-Usuario-Inventario-1.03.pdf>

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 3 - Gerar o Inventário

Após o preenchimento das informações solicitada conforme orientações no Manual do Usuário, o Inventário é emitido. Mais informações no Manual do Usuário disponível em <https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Manual-do-Usuario-Inventario-1.03.pdf>

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Informações adicionais ao tempo estimado

Após a declaração das informações a emissão do Inventário é imediata.

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Mais informações no Manual do Usuário disponível em <https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Manual-do-Usuario-Inventario-1.03.pdf>

Legislação

[PORTARIA Nº 280, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - PORTARIA Nº 280, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#)

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Gerar no SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através deste serviço o usuário poderá gerar o PGRS a partir das informações declaradas pelos responsáveis pela sua elaboração, de acordo com o disposto no Art. 20 da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, que dispõe sobre o conteúdo mínimo do plano.

Quem pode utilizar este serviço?

Empreendedor Cadastro no Sistema de MTR do SINIR com o Perfil Declarante de Gerador

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Acessar o SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos)

O usuário deve entrar no sistema MTR do SINIR e clicar em “Novo PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos)” ou ingressar em “Meus PGRSs” para ver seu PGRS emitido e enviado, ou editar um PGRS salvo.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Etapa 2 - Incluir as informações solicitadas.

Preencha as informações solicitadas:

- a. Período (*) coberto por este PGRS (data inicial e data final);
- b. Tipo de PGRS (Individual ou Coletivo e Integrado);
- c. Dados do empreendimento;
- d. Dados sobre o responsável técnico pela elaboração do PGRS;
- e. Endereço; e
- f. Dados referentes à atividade da empresa.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 3 - Clicar em "Salvar"

Uma vez concluído, o PGRS elaborado deverá ser enviado eletronicamente, através do Sistema MTR do SINIR, clicando-se no ícone de transmissão. Para fazer o envio o usuário deve acessar a funcionalidade “Meus PGRSs”, disponível na tela de início.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Atendimento imediato

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Legislação

[L12305 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br/legislação/)

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Etapas 2 - Incluir as informações solicitadas e gravar

Ao concluir a DMR clicar em “Salvar”. Aparecerá na tela a mensagem de que sua DMR foi gravada com sucesso.

Canais de prestação

Web

Descrição: [Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Pelo e-mail sinir@mma.gov.br Ou pelo site em <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapas 3 - Enviar o documento para o MMA.

Para enviar uma DMR para o MMA, clicar no ícone de envio. Após, ficará habilitado o ícone de impressão, o que lhe permitirá imprimir uma DMR enviada. Ao clicar em “Enviar” a DMR. Caso não tenha tido movimentação de resíduos no período considerado, basta fazer o preenchimento do campo referente às “Informações do Declarante”. Ao salvar uma DMR sem resíduos, o sistema exibirá uma tela para incluir uma justificativa. Preencha e clique em “Confirmar”.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Pelo e-mail sinir@mma.gov.br Ou pelo site em <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Ou pelo site em <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Validade do Documento

30 dia(s)

Informações adicionais ao tempo de validade

DMR referência 1º trimestre de cada ano - de 01 a 30/Abril

DMR referência 2º trimestre de cada ano - de 01 a 31/Julho

DMR referência 3º trimestre de cada ano - de 01 a 31/Outubro

DMR referência 4º trimestre de cada ano - de 01 a 31/Janeiro

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Obter autorização ambiental para realização de atividades na Antártica

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

As análises de impacto ambiental das atividades a serem exercidas na Antártida, por brasileiros, a partir de um formulário (form. logístico ambiental), ou outros formulários, baseando-se nas informações preenchidas, técnicos especializados, em geral, analistas ambientais, emitem um parecer sobre os impactos das atividades propostas. Este parecer é posteriormente referendado pelo GAAM - Grupo de Avaliação Ambiental e por um Relator. Posteriormente é informado à Marinha sobre o impacto da atividade e a autorização para atuação do proponente.

Quem pode utilizar este serviço?

Instituições de pesquisas

Etapas para a realização deste serviço

Etapas 1 - Encaminhar documentação

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Formulário logístico ambiental

Relatório ambiental

Pedidos de licenças de visitação em ASPA

Canais de prestação

E-mail

proantar@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 2 - Receber respostas

Recebe as respostas as solicitações (autorização de Visita em ASPA, análise do impacto ambiental)

Canais de prestação

E-mail

E-mail informado no pedido

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações**Quanto tempo leva?**

Entre 30 e 60 dia(s) corrido(s)

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

**Legislação**

[Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975](#)

[PORTARIA Nº318/Marinha do Brasil, DE 27/12/2006](#)

[DECRETO Nº 2742, de 20/08/1998](#)

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes: n· Urbanidade; n· Respeito; n· Acessibilidade; n· Cortesia; n· Presunção da boa-fé do usuário; n· Igualdade; n· Eficiência; n· Segurança; e n· Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000

Obter Certidão de Regularidade do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos)

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através desse serviço Estados, Municípios e Distrito Federal devem declarar no SINIR informações sobre a gestão de resíduos sólidos até o dia 30 de abril de cada ano. A declaração no SINIR é requisito para os entes federativos acessarem recursos do MMA, ou por ele controlados, destinados a empreendimentos, equipamentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos. A declaração é simples e realizada digitalmente.

Quem pode utilizar este serviço?

O responsável por declarar as informações do ente federativo deve se cadastrar no SINIR e anexar documento comprobatório de vínculo com a Administração Pública.

Etapas para a realização deste serviço

Etapas 1 - Declarar as informações do ente federativo.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br e drqs.sqa@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Etapa 2 - Emitir certidão

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br e drqs.sqa@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br e drqs.sqa@mma.gov.br

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;

- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Não estimado ainda

Etapa 2 - Incluir as informações solicitadas.

O DESTINADOR será solicitado a preencher o respectivo CDF, com as seguintes informações:

- Período coberto pelo CDF (datas inicial e final para incluir os MTRs recebidos);
- Nome do Responsável Técnico pela emissão do CDF, incluindo seu cargo, seu nº de registro profissional e sua assinatura;
- CNPJ do GERADOR ou dos GERADORES; e
- MTRs que deseja incluir no CDF a ser emitido.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 3 - Clicar em "Salvar"

Por fim, clicar em “Salvar” e o CDF estará pronto para emissão e envio eletrônico ao GERADOR correspondente.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117.

Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Pelo site <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/> Ou pelo e-mail sinir@mma.gov.br

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;

- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Obter dados das estações de monitoramento por meio do Índice de Qualidade do Ar (IQA_r) pelo Aplicativo MonitorAr

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através deste serviço o usuário poderá conhecer a qualidade do ar de determinado local em tempo real.

Quem pode utilizar este serviço?

Qualquer pessoa com acesso à internet

Etapas para a realização deste serviço

Etapas 1 - Acessar informações sobre a qualidade do ar.

O usuário deve acessar <https://monitorar.mma.gov.br/>

e pesquisar a localidade que deseja obter informações.

Canais de prestação

E-mail

dqa@mma.gov.br e monitorar@mma.gov.br

Telefone

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2692 e (61) 2028-2025.

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Atendimento imediato

Informações adicionais ao tempo estimado

Os dados estão disponíveis de forma imediata. Caso haja indisponibilidade do sistema, o usuário deve registrar reclamação na Plataforma Fala.BR e o prazo para solução é de 60 (sessenta) dias.

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2692 e (61) 2028-2025.

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Obter informações sobre as Unidades de Conservação Ambiental nacionais (CNUC)

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo MMA com a colaboração dos órgãos gestores federal, estaduais e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Neste ambiente são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação. Assim, a sociedade poderá acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional.

Quem pode utilizar este serviço?

Qualquer pessoa pode utilizar este serviço

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Gerar relatório

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

“ **Telefone:** (61) 2028-2556

“ **E-mail:** cnuc@mma.gov.br

“ **Endereço:** Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Áreas Protegidas - Departamento de Áreas Protegidas
- Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 924/930 - 70.068-900 - Brasília / DF

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes: n· Urbanidade; n· Respeito; n· Acessibilidade; n· Cortesia; n· Presunção da boa-fé do usuário; n· Igualdade; n· Eficiência; n· Segurança; e n· Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000

Obter o Documento Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através deste serviço é possível obter o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), que é um documento numerado, com a finalidade de controle do transporte de resíduo, elaborado por meio do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos), emitido exclusivamente pelo GERADOR do resíduo, que deverá acompanhar o transporte até a destinação final ambientalmente adequada.

Para os Estados em que já se utiliza um Sistema MTR ou sistema com informações compatíveis com os requisitos do MTR (SP, RJ, SC, MG, RS e ES), os usuários deverão utilizar apenas o sistema estadual para a emissão de MTRs, se os resíduos forem gerados e destinados somente dentro do respectivo Estado.

Neste caso, caberá exclusivamente ao órgão ambiental estadual correspondente integrar as informações com o Sistema MTR do SINIR.

Quem pode utilizar este serviço?

GERADOR do resíduo, que é o responsável exclusivo por emitir o formulário do MTR no SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos), para cada remessa de resíduo para destinação.

É necessário o perfil de GERADOR no SINIR.

Etapas para a realização deste serviço

Etapas 1 - Fazer o cadastro no SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos).

Preencher os campos solicitados para cadastro como GERADOR.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Ou enviar e-mail para o endereço sinir@mma.gov.br Contato também via web no endereço <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 2 - Selecionar os TRANSPORTADORES, os DESTINADORES e os ARMAZENADORES TEMPORÁRIOS.

Para a emissão do MTR, deve-se ter em conta que os TRANSPORTADORES, os DESTINADORES e os ARMAZENADORES TEMPORÁRIOS a serem selecionados já deverão estar previamente cadastrados no Sistema MTR do SINIR.

Caso não estejam, você deverá solicitar que providenciem o cadastro por meio do preenchimento dos campos solicitados

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Ou enviar e-mail para o endereço sinir@mma.gov.br

Contato também via web no endereço <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 3 - Inserir as informações dos Resíduos, além do Armazenador Temporário (quando aplicável), do Transportador e do Destinator.

Somente o GERADOR terá acesso e permissão para gerar um MTR referente aos resíduos que serão destinados. Selecione a opção “Novo MTR”. Você será encaminhado para a tela de preenchimento dos dados do MTR a ser emitido. A sua identificação como GERADOR já estará previamente preenchida e você será solicitado a inserir as

informações referente aos Resíduos que serão transportados e destinados, além do ARMAZENADOR TEMPORÁRIO (quando aplicável), do TRANSPORTADOR e do DESTINADOR.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Ou enviar e-mail para o endereço sinir@mma.gov.br

Contato também via web no endereço <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 4 - Clicar em "enviar".

Após preencher, clique em “Enviar” e aguarde o sistema gravar o MTR gerado e disponibilizar o pdf correspondente. O MTR será emitido e registrado, sendo disponibilizado em PDF, podendo ser aberto e impresso.

Os MTRs Provisórios devem ser utilizados exclusivamente caso o Sistema MTR esteja inoperante ou exista alguma dificuldade de comunicação. O DESTINADOR deve fazer o aceite no sistema em até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade.

Canais de prestação

Web

[Acesse o site](#)

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Ou enviar e-mail para o endereço sinir@mma.gov.br

Contato também via web no endereço <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-2118 e (61) 2028-2117. Ou enviar e-mail para o endereço sinir@mma.gov.br Contato também vai web no endereço <https://sinir.gov.br/informacoes/contato/>

Validade do Documento

90 dia(s)

Legislação

[PORTARIA Nº 280, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#)

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Protocolar documentos junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Avaliação: 4.9 Quantidade de votos: 865

O que é?

Canal de comunicação que possibilita aos cidadãos (portador ou interessado), aos órgãos e às entidades públicas e privadas protocolar documentos e processos pela Internet, de forma eletrônica, endereçados ao Ministério do Meio Ambiente, sem a necessidade de se deslocarem fisicamente até o Protocolo e, ainda, evitar gastos com o envio de correspondência postal.

Quem pode utilizar este serviço?

- Pessoa física que esteja portando documentação de outra pessoa física ou jurídica e seja responsável por realizar a entrega.
- Pessoa física que participe ou tenha demanda na condição de interessado em processo administrativo e pessoa jurídica na mesma situação (representado por pessoa física).

Criar/possuir conta de acesso única do Governo no Portal GOV.BR: [Acesso gov.br](https://gov.br)

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Protocolar Documento

Após o login no Portal gov.br, o usuário deve:

- acessar a página do serviço "Protocolar documentos junto ao Ministério do Meio Ambiente";
- preencher os dados da solicitação;
- anexar documento contendo informações básicas do destinatário ou do processo já existente;
- anexar demais documentos correspondentes;
- conferir os dados e concluir a solicitação.

Canais de prestação

Web

[Protocolar documento](#)

Telefone: (61) 2028-1317

E-mail: sepro@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Atendimento imediato

Etapa 2 - Receber resposta/conclusão

Os documentos protocolados passam por uma conferência e só então poderão ser tramitados para a área de destino. O MMA retornará ao usuário informando-o sobre a situação da protocolização, bem como com o Número Único de Protocolo, nos casos em que este for gerado, e forma de acompanhamento do trâmite. O usuário deve acompanhar o status de sua solicitação por meio do Portal gov.br.

Canais de prestação

Web

[Acompanhar Solicitação](#)

Telefone: (61) 2028-1317

E-mail: sepro@mma.gov.br

Tempo de duração da etapa

Até 1 dia(s) útil(eis)

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Até 1 dia(s) útil(eis)

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

- Conta de acesso única do Governo: <https://faq-login-unico.servicos.gov.br/en/latest/>
- Documentos protocolados no MMA: sepro@mma.gov.br
- Funcionamento da ferramenta: sei@mma.gov.br

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Realizar cursos de Educação à Distância do MMA

Avaliação: Sem Avaliação

O que é?

Através deste serviço o usuário poderá cursos on-line gratuitos para diversos tipos de públicos em diferentes temáticas ambientais.

Quem pode utilizar este serviço?

Os Cursos são disponibilizados para qualquer cidadão, porém cada curso tem um objetivo específico, e consequentemente, um público alvo. Ocasionalmente podem ser ofertados cursos voltados para um público restrito, não podendo ser acessado por qualquer cidadão.

Não há pré-requisitos para participação nos cursos. Basta que o usuário faça o cadastro virtual na plataforma e realize a inscrição para o curso que deseja realizar no período em que o mesmo estiver com inscrições abertas.

Etapas para a realização deste serviço

Etapas 1 - Realizar inscrição em curso on-line

A realização da inscrição nos cursos on-line ocorre exclusivamente pela plataforma de educação a distância do MMA, no período de lançamento de novas turmas para cada curso.

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Não são necessários o envio de documentos, apenas a realização do cadastro virtual na plataforma de educação à distância do MMA

Canais de prestação

Web

<http://ead.mma.gov.br/>

O usuário deve enviar email para: ava@mma.gov.br

Telefone

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-1207 e (61) 2028-1290

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Presencial

No endereço Esplanada dos Ministérios - Bloco B – 9º Andar - Brasília/DF - CEP: 70.068-901

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Não estimado ainda

Informações adicionais ao tempo estimado

Cada curso possui um período para a realização de inscrições, a depender da abertura de novas turmas.

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

O usuário deverá ligar nos telefones (61) 2028-1207 e (61) 2028-1290

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;

- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Telefone

(61) 2028-1046

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Não estimado ainda

Etapa 2 - Registrar-se ou atualizar seus dados no CadÚnico

O Responsável Familiar (RF) deve buscar o CRAS do seu município para solicitar inclusão ou atualização do CadÚnico.

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Solicitar inscrição no Cadastro Único, que é a porta de entrada para os programas sociais dos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais. Esse Cadastro é realizado presencialmente em todo Brasil.

Para mais informações, acesse Perguntas Frequentes:

(<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secretaria-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicional-e-desenvolvimento>)

Canais de prestação

E-mail

cggs@mma.gov.br

Telefone

(61) 2028-1046

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Presencial

Na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, no endereço Esplanada dos Ministérios - Bloco B – 7º Andar - Brasília/DF - CEP: 70.068-901

- Tempo estimado de espera: Até 10 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Em média 30 minuto(s)

Etapa 3 - Assinar o Termo de Adesão ao Programa.

Consultar a situação no programa por meio do portal do cidadão (www.bolsaverde.mma.gov.br). Caso a família esteja apta para realizar a adesão, o RF deve acessar o módulo de adesão (disponível no portal do Cidadão, mediante log in no portal GOV.BR) e realizar a assinatura do termo de adesão. Após essa etapa, as informações serão processadas para inclusão do RF na folha de pagamento do mês subsequente.

Canais de prestação

E-mail

cggs@mma.gov.br

Telefone

(61) 2028-1046

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Presencial

Na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, no endereço Esplanada dos Ministérios - Bloco B – 7º Andar - Brasília/DF - CEP: 70.068-901

- Tempo estimado de espera: Até 15 minuto(s)

Tempo de duração da etapa

Em média 10 minuto(s)

Outras Informações

Quanto tempo leva?

Em média 35 dia(s) corrido(s)

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

Pelo telefone (61) 2028-1046

Validade do Documento

2 ano(s)

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança; e
- Ética

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.